

BANALIDADE DO MAL NOS SÉCULOS XX E XXI*Banality of evil in the 20th and 21st centuries*Adriana Noves¹**RESUMO**

O artigo retoma as elaborações da banalidade do mal feitas por Hannah Arendt, suas tentativas de formulação do conceito. Parte da troca de cartas de Arendt com Karl Jaspers, destaca seu objetivo de mostrar que o mal inédito do fenômeno político inédito do totalitarismo não tinha qualquer grandeza diabólica, evidenciando sua perigosa relação com um estado de negação das capacidades espirituais. A banalidade do mal é a condição de enredamento de pessoas em um sistema ideológico ou governamental que encobre a consciência acerca dos males praticados. Trata-se de uma visão totalizante, simplista, redutora da complexidade do real. Diante de um contexto no qual estão imbricadas muitas variáveis móveis que dificultam o entendimento, dá-se um diagnóstico simplista para o qual é apresentada uma solução conseqüentemente falsa. Por fim, busca-se indicar a fortuna do conceito, lembrando que os elementos totalitários e suas características – intolerância, ressentimento, crise econômica, racismo, demandas da democracia, massa, ralé, força do líder – ainda se fazem presentes. Além disso, faz-se menção a novas ameaças de embotamento de nossa mente, pontuando, contudo, a dedicação de Arendt no final da vida, à insistência na compreensão de nossa vida espiritual.

Palavras-chave: banalidade do mal, totalitarismo, vida do espírito

ABSTRACT

The article returns to Hannah Arendt's elaborations on the banality of evil, her attempts to formulate the concept. From letters exchanged between Arendt and Karl Jaspers, we can understand her aim to show that the unprecedented evil of the unprecedented political phenomenon of totalitarianism did not have any diabolic magnitude, highlighting its dangerous relation with a state of denial of mental capacities. The banality of evil is the condition of people's entanglement in an ideological or governmental system that conceals awareness of the evils committed. This is a totalizing, simplistic view that reduces the complexity of reality. Faced with a context in which many moving variables are intertwined that make understanding difficult, a simplistic diagnosis is given for which a consequently false solution is presented. Finally, we seek to indicate the fortune of the concept, remembering that the totalitarian elements and their characteristics – intolerance, resentment, economic crisis, racism, demands of democracy, mass society, mob, strength of the leader – are still present. Furthermore, mention is made of new threats of dulling our minds, highlighting, however, Arendt's dedication at the end of her life, to the insistence on understanding our life of the mind.

Keywords: banality of evil, totalitarianism, life of the mind

A expressão “banalidade do mal” já foi incorporada ao vocabulário jornalístico e político. Todos assistimos a sua evocação em sessões da CPI, sua citação em artigos e comentários de

¹ Realizou estágio de Pesquisa (pós-doutorado) no Departamento de Filosofia da FFLCH-USP (2022), bolsista Capes; realizou estágio de Pesquisa na Universidade Jean Moulin, Lyon 3, Lyon, França, de novembro a dezembro de 2021. É Doutora em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (2017), bolsista Capes e Fapesp; realizou estágio de pesquisa na New School for Social Research, de agosto a dezembro de 2015. É Mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (2002), bolsista Fapesp; realizou estágio de pesquisa na Biblioteca Nacional e na Biblioteca do Congresso em Buenos Aires, Argentina, de julho a setembro de 2001. Possui bacharelado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (2007), licenciatura em Filosofia pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (2008) e bacharelado em Comunicação Social pela Fundação Armando Álvares Penteado (1996). É pesquisadora externa do Labô PUC-SP. E-Mail: adriananovaes@usp.br

jornalistas e colunistas de diversas áreas.² O alerta de Arendt acerca dos diferentes modos em que a ameaça totalitária se apresentaria após seu fim histórico³ permanece válido e, atualmente, a classificação de atos como expressões da banalidade do mal demonstra, mesmo que se questione sua adequação epistemológica, a pertinência do problema de como lidar com a possibilidade de um mal tão perturbador, porque cometido sem uma pretensão diabólica, mas como uma vulgarização sistematizada de questões políticas, algo pretensamente apaziguador de tensões causadas por várias misérias. A banalidade do mal é um conceito com o qual temos de lidar, pois se refere a uma reação humana rasa, uma espécie de neutralização de nossas capacidades diante de demandas complexas, negando-as. Nesse artigo, retomo as fontes e as referências à banalidade do mal, retomo as características dos totalitarismos e por fim trato da possibilidade de aplicação da concepção de banalidade do mal hoje.

1. BANALIDADE DO MAL

A expressão “banalidade do mal” foi usada por Hannah Arendt no livro *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*, de 1963.⁴ Além do subtítulo, aparece apenas uma vez no texto, nas últimas linhas antes do epílogo, no comentário após a etapa derradeira do julgamento, o cumprimento da pena de Adolf Eichmann, a sentença de morte por enforcamento. Após o relato da atitude dele no cadafalso, as últimas palavras descabidas para o momento, Arendt escreve: “Foi como se naqueles últimos minutos estivesse resumindo a lição que este longo curso de maldade humana nos ensinou – a lição da temível *banalidade do mal*, que desafia as palavras e os pensamentos.” Fica claro que Arendt se refere não apenas ao criminoso, mas ao extermínio praticado como determinação sistemática do governo nazista.

² Dentre as várias menções à banalidade do mal na imprensa brasileira, pode-se verificar, por exemplo: Jornal *O Globo*, 18 de outubro de 2023, “CPI do 8 de janeiro: para indiciar Bolsonaro, Eliziane cita de Olavo a Hannah Arendt”, de Malu Gaspar, <https://oglobo.globo.com/blogs/malu-gaspar/post/2023/10/cpi-de-8-de-janeiro-para-indiciar-bolsonaro-eliziane-cita-de-olavo-a-hannah-arendt.ghml>; Revista Veja, 28 de abril de 2023, sobre a falta de escrúpulos das plataformas digitais, “Carta ao leitor: a banalidade do mal”: https://veja.abril.com.br/brasil/carta-ao-leitor-a-banalidade-do-mal?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=eda_veja_audiencia_institucional&gad_source=1&gclid=EAIaIQobChMIOMzF2enqggMVvFRIAB2HEAgAEAMYASAAEgLSovD_BwE; Uol, 1º de outubro de 2021, de Josias de Souza, <https://noticias.uol.com.br/colunas/josias-de-souza/2021/10/01/idade-medicos-a-cpi-virou-um-imperativo-logico.htm>

³ Cf. “As soluções totalitárias podem muito bem sobreviver à queda dos regimes totalitários sob a forma de forte tentação que surgirá sempre que pareça impossível aliviar a miséria política, social ou econômica de um modo digno do homem.” ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 610, e “Pode ser até que os verdadeiros transe do nosso tempo somente venham a assumir a sua forma autêntica – embora não necessariamente a mais cruel – quando o totalitarismo pertencer ao passado.” *Ibidem*, p. 611-612.

⁴ Hannah Arendt já era uma intelectual atuante, professora em várias universidades americanas. Ela soube pelos jornais que um criminoso nazista havia sido encontrado no interior da Argentina pelo serviço secreto israelense, Mossad, raptado e levado para Jerusalém, onde seria julgado. Arendt se ofereceu à revista *The New Yorker* como correspondente. O julgamento de Adolf Eichmann começou no dia 11 de abril de 1961 e a sentença foi pronunciada em 11 de dezembro do mesmo ano. Eichmann foi condenado à morte. O cumprimento dessa pena aconteceu no dia 31 de maio de 1962. A primeira das cinco partes do relato de Arendt foi publicada na edição de 16 de fevereiro de 1963, mesmo ano da publicação do livro.

O esforço de compreensão da maldade totalitária já havia tomado anos de dedicação de Hannah Arendt, resultando no livro *Origens do totalitarismo*, de 1951. Desse processo, é imprescindível lembrar a retomada da comunicação com Karl Jaspers, especialmente sua carta de 19 de outubro de 1946. Ele e Arendt, entusiasmados com o reencontro e com a troca intelectual, discutem acerca do modo pelo qual abordar o que havia acontecido. Jaspers então escreve:

Você diz que o que os nazistas fizeram não poderia ser compreendido como “crime” – eu não estou totalmente confortável com sua visão, porque uma culpa que está além de toda culpa criminoso inevitavelmente tem um traço de “grandeza” – de grandeza satânica – o que para mim é tão inapropriado em relação aos nazistas quanto a todo discurso sobre o elemento “demoníaco” em Hitler e assim por diante. Parece-me que nós temos que olhar para essas coisas em sua total banalidade, em sua trivialidade prosaica, porque é o que verdadeiramente as caracteriza. Bactérias podem causar epidemias que varrem nações, mas elas permanecem apenas bactérias. Considero qualquer sugestão de mito e lenda um horror e tudo que não é específico é apenas uma sugestão.⁵

Jaspers faz uma analogia do mal específico praticado pelo nazismo com o agente causador de uma doença, doença que incapacita, destrói, mas que não passa disso, ou seja, não possui qualquer grandeza, sendo um desencadeador que tem em si sua própria destruição, algo, portanto, trivial, superficial, que não informa nada além daquilo que provoca. Em outra carta, de 31 de janeiro de 1956, Jaspers afirma sobre *Origens do totalitarismo*: “É como o diagnóstico e a sintomatologia de uma doença fúngica que se espalha e destrói tudo em seu caminho.”⁶ Bactéria ou fungo, trata-se de uma metáfora que destaca a materialidade desse mal, sua determinação por motivos mezinhas, tangíveis, logo destituído de maior elaboração, de significado, apesar de mortal. Jaspers, que era médico psiquiatra, identifica ao mesmo tempo a fragilidade dos seres humanos, de seus corpos e constituição, e aponta com assombro para a suscetibilidade moral e política de um ser que se deixa vergar e quebrar por sua redução à mera criatura viva. Arendt cria sua abordagem da condição humana moderna, constatando a vitória do *animal laborans*, o ser humano reduzido à manutenção de sua sobrevivência, preso à circularidade do consumo de sua vida.⁷

Arendt envereda por essa constatação no entendimento do mal. Em outubro de 1973, em entrevista concedida a Roger Errera, afirma: “Quando escrevi *Eichmann em Jerusalém* (...) uma das minhas principais intenções era destruir a lenda da grandeza do mal, da força demoníaca, para liberar as pessoas da admiração que elas têm por grandes personagens nefastos, como Ricardo III ou Macbeth, entre outros”. E faz menção a um comentário de Bertolt Brecht: “Os grandes criminosos políticos devem ser expostos, principalmente expostos ao riso”⁸. A identificação do mal

⁵ ARENDT, Hannah; JASPERS, Karl. *Hannah Arendt/Karl Jaspers Correspondence, 1926-1969*. Ed. Lotte Kohler and Hans Saner. New York: Harcourt, 1992, p. 62.

⁶ *Ibidem*, p. 273.

⁷ Cf. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 11.ed. Revisão e apresentação Adriano Correia. Tradução Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

⁸ Cf. ARENDT, Hannah. ARENDT, Hannah. *Pensar sem corrimão: compreender 1953-1975*. Tradução Beatriz Andreiuolo et al. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021, p. 560-561.

do totalitarismo segue a afirmação do ineditismo da forma de governo: não se trata de algo que já se conhecesse ou sobre o que já houvesse uma literatura. Esse mal era específico e deveria ser compreendido dessa forma, sob o risco de não haver atenção e cuidado suficientes em vista da ameaça de seu ressurgimento, de modos disfarçados, ou nem tanto, de sua repetição.

A banalidade do mal é a condição de enredamento de pessoas em um sistema ideológico ou governamental que encobre a consciência acerca dos males praticados. Trata-se de uma visão totalizante, simplista, redutora da complexidade do real. Diante de um contexto no qual estão imbricadas muitas variáveis móveis que dificultam o entendimento, dá-se um diagnóstico simplista para o qual é apresentada uma solução consequentemente falsa. Esse apelo é fortíssimo e muito difícil de ser combatido e desconstruído. Assim como é mais fácil reagir ao problema da pobreza ou das drogas, dizendo que a culpa é do pobre e do drogado, e o pobre e o drogado devem ser combatidos, lidar com uma conjuntura de crise política, econômica e social pode facilmente abrir caminho para a ilusão de um diagnóstico e solução fantasiosas, que se utilizam de preconceitos. Portanto, a banalidade do mal destaca a suscetibilidade para um mal sistematizado no qual é muito fácil cair. Por isso Arendt, nos anos que se seguiram ao julgamento de Adolf Eichmann, se dedicou à relação entre as capacidades humanas e a moralidade, ou seja, à compreensão de nossas faculdades como meios para tentar barrar essa facilidade de convivência com o mal. Não se trata de uma predisposição geral, de considerar que todos somos propensos a agir de modo a cometer a banalidade do mal, como Arendt enfatizou.⁹ Trata-se da clareza de que algumas pessoas podem cair nessa armadilha, porque sempre é mais fácil se deixar envolver pela facilidade da reação à miséria concreta, à necessidade, instância afastada da vida espiritual, mental, de que somos capazes.

Após a controvérsia acerca do livro *Eichmann em Jerusalém* – uma avalanche de acusações, tentativas de silenciamento e duras críticas – Arendt se dedicou à filosofia moral, ministrando cursos, sendo os mais importantes publicados na coletânea *Responsabilidade e julgamento*. Especialmente no texto intitulado “Algumas questões de filosofia moral”, curso de 1965, na New School, Arendt retoma as referências de definição do mal na tradição a fim de destacar o mal totalitário. Como vimos, a banalidade do mal é compreendida como um mal de novo tipo, possível no contexto da modernidade. Para compreender esse ineditismo e sua ameaça, precisamos também retomar o desafio do mal.

O grande problema do mal para o pensamento organizado, sistematizado, lógico, para a filosofia, é que ele acontece na contingência, ele não tem sentido. É imprevisível. Esta dificuldade está implicada na teodiceia, tentativa de lidar com uma contradição: Deus é todo poderoso, Deus é absolutamente bom, mas o mal existe. Enfim, como o mal aparece? A culpa pode ser pessoal ou coletiva. Como os seres humanos responderam à pergunta sobre a origem do mal?

⁹ Por exemplo, no evento sobre sua obra na Universidade de Toronto, em 1972. Cf. ARENDT, Hannah. *Pensar sem corrimento: compreender 1953-1975*. Tradução Beatriz Andreiuolo et al. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021, p. 504.

Um dos mitos mais importantes e fecundos, muitas vezes citado e interpretado em nossa tradição ocidental, é o mito de Prometeu e Pandora, contado em quatro obras (*Protágoras*, de Platão; *Prometeu*, de Ésquilo; *Teogonia* e *Erga*, de Hesíodo). Os personagens principais são os irmãos Prometeu e Epimeteu, Zeus e Pandora. O titã Prometeu engana Zeus. Irritado, este não concede mais o fogo aos mortais. Prometeu rouba o fogo. Como castigo, Zeus dá a mulher aos homens, Pandora. Todos os deuses do Olimpo lhe deram um dom, daí seu nome. Ela é o “belo mal” presenteada a Epimeteu, irmão imprudente de Prometeu, que o havia alertado para não aceitar nenhum presente de Zeus. Pandora abre a caixa – um jarro – e libera os males, difíceis trabalhos e terríveis doenças, restando apenas a esperança lá dentro. Pandora instaura a condição humana, a procriação, as tensões, as ambivalências, as ambiguidades entre os homens, a complexidade própria do humano.¹⁰

Na tradição bíblica encontramos o discurso da sabedoria como a explicação para o mal, para o problema da teodiceia, como, por exemplo, no Livro de Jó. Jó é próspero, tem muitos animais, tem filhos, vive bem, e é bom. O demônio provoca Deus e diz que Jó o refutaria se perdesse tudo o que tem. Deus concorda e Jó perde seus bens e seus filhos. O demônio também é autorizado por Deus a infligir grande sofrimento físico a Jó, que tem o corpo coberto por feridas que vertem pus. Três amigos então provocam Jó, dizendo que ele deve ter alguma culpa e por causa dela estava sendo castigado. Esses amigos provocam rancor, ressentimento em Jó que, apesar de reclamar, de perguntar por que sofre tanto, não se ressent. Na última parte, “Hino à sabedoria divina”, Deus pergunta a Jó: “Onde você estava quando eu colocava fundamentos na terra?” Você deu ordens às estrelas, ao amanhecer e à aurora? Você sabe os tempos de cria dos animais? “Você se atreve a anular minha justiça e condenar-me, para justificar a si mesmo?”. Ao que Jó responde: “Agora meus olhos te veem. Por isso, eu tenho horror de mim e me arrependo sobre o pó e a cinza”. Jó se torna ainda mais próspero, tem filhos e refaz a vida. Não só no livro de Jó, mas nos Evangelhos, por exemplo, é repetida a ideia de que por ter inteligência e capacidades diferentes e superiores às dos animais, o ser humano deve arcar com a responsabilidade de suas escolhas e ao mesmo tempo ter clareza de que é sopro e pó.¹¹ Cobrar Deus com mágoa é ter ressentimento, quando só se deveria agradecer a vida com alegria. Na tradição bíblica, portanto, é satanás e o pecado original que explicam a origem dos males entre os homens, provocam rupturas e instauram a condição humana, os trabalhos difíceis, as dores e os sofrimentos. É alguma instância imortal ou demoníaca que interfere na ordem das coisas e a desobediência, os ressentimentos, os afrontamentos dos humanos causam as dores.

Na Bíblia, indica Arendt, há talvez uma menção a esse mal maior, a esse mal que não tem perdão, mas que não é descrito. Está no Evangelho de Lucas (17, 1-4), no qual o mal é um

¹⁰ Ver Introdução de Mary de Camargo Neves Lafer In: HESÍODO, *Os trabalhos e os dias*. Tradução, Introdução e comentários Mary de Camargo Neves Lafer. São Paulo: Iluminuras, 2006.

¹¹ Cf. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 11.ed. Revisão e apresentação Adriano Correia. Tradução Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, seção 33 “A irreversibilidade e o poder de perdoar”

escândalo (*skandala*): “Jesus disse aos seus discípulos: ‘É impossível que não ocorram escândalos; mas aí daquele através de quem eles ocorrem! Melhor seria para ele que lhe atassem ao pescoço uma pedra de moinho e o lançassem ao mar, do que escandalizar um só desses pequenos. Dai atenção a vós mesmos. Se o teu irmão errar, repreende-o; e, se ele se arrepender, perdoa-lhe. Se te ofender sete vezes ao dia e sete vezes te vier dizer *arrependo-me*, perdoa-lhe.’”¹²

Arendt destaca no conjunto de aulas mencionado, que tanto o pensamento filosófico quanto o religioso de certo modo evitam o mal. A maldade humana é explicada pela ignorância, cegueira e fraqueza.¹³ O mal é a falta de ser para Tomás de Aquino (séc. XIII), que retoma Aristóteles. Duns Scotus nega que o homem possa querer o mal pelo mal. Já para Nietzsche, todo o mal humano advém do ressentimento da impotência, porque não se pode querer retroativamente. Na era moderna, caracterizada por um crescente distanciamento das explicações religiosas, pela perda da pertinência em se perguntar sobre a origem do mal, pergunta-se acerca das capacidades humanas. A questão passa a ser porque os seres humanos praticam o mal.

Immanuel Kant criou o conceito de mal radical, usado por Arendt em sua análise do totalitarismo. Kant elimina a causalidade do mal como demoníaca e o humaniza, ou seja, o mal está na raiz da natureza humana, portanto nossa responsabilidade é radical pois se deve ao exercício da nossa liberdade de escolher o bem ou o mal. Segundo Kant, há motivos compreensíveis que explicam a ação má como um “rancor pervertido”. Contudo, para lidar com o mal dos regimes totalitários, apesar de ser importante a “humanização” do mal feita por Kant, ou seja, a responsabilização dos seres humanos por seus próprios atos, Arendt vê um limite na definição, já que não é possível conceber motivos compreensíveis para o que aconteceu. Arendt abandona o conceito de mal radical, afirmando que “O maior mal não é radical, não possui raízes e, por não ter raízes, não tem limitações, pode chegar a extremos impensáveis e dominar o mundo todo”.¹⁴

Arendt examina especialmente as referências ao mal na literatura ficcional, como destacou tanto no texto mencionado de *Responsabilidade e julgamento*, quanto no Pós-escrito de *Eichmann em Jerusalém*.¹⁵ Os personagens que demonstram ápices da maldade, cometem o mal porque almejam algo superior, melhor, que eles não têm. Arendt dá os exemplos do mestre de obras de um navio de

¹² *Bíblia, Novo testamento, Os quatro Evangelhos*. Tradução de Frederico Lourenço. São Paulo: Companhia das Letras, p. 284.

¹³ Cf. ARENDT, Hannah. *Responsabilidade e julgamento*. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 143.

¹⁴ *Ibidem*, p. 160. Arendt também menciona essa inadequação em carta a Gershom Scholem. Cf. ARENDT, Hannah; SCHOLEM, Gershom. *The Correspondence of Hannah Arendt and Gershom Scholem*. Ed. Marie Luise Knott. Chicago: The University of Chicago Press, 2017. Sobre a referência de Arendt ao conceito de mal em Kant, ver BERNSTEIN, Richard J. “Hannah Arendt: Thought-Defying Evil”. In: BERNSTEIN, R.J. *Pragmatic Encounters*. New York: Routledge, p. 140-157, BERNSTEIN, Richard J. “A banalidade do mal”. In: BERNSTEIN, *Por que ler Hannah Arendt hoje*. Tradução e introdução Adriano Correia e Nádia Junqueira Ribeiro. São Paulo: Forense Universitária, 2021 e CORREIA, Adriano. “Arendt e Kant: banalidade do mal e mal radical”, In: *Argumentos Revista de Filosofia*, Fortaleza, ano 5, n. 9, p. 63-78, jan./jun. 2013, <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/23746>.

¹⁵ Cf. ARENDT, Hannah. *Responsabilidade e julgamento*. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 143, p. 138, e ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. Um relato sobre a banalidade do mal. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 310.

guerra, Claggart na novela *Billy Bud*, de Herman Melville, e de Iago da peça *Otelo*, de Shakespeare. Eles são movidos pela inveja: querem destruir aquilo que admiram ardentemente, porque são incapazes de ser. De qualquer modo, desejam virtudes, invejam os que são bons.

A grandeza almejada por aqueles que acabavam cometendo o mal nada tinha a ver com a maldade cometida por um criminoso como Eichmann. Como escreveu Arendt, Eichmann “simplesmente nunca percebeu o que estava fazendo”.¹⁶ Não era possível constatar qualquer traço de autoconsciência e, conseqüentemente, de autoquestionamento. Ele não era estúpido, mas incapaz, afirmou Arendt, de pensar e de julgar. Ou seja, suas ações criminosas nunca foram compreendidas como tal nem questionadas. A banalidade se refere a uma falta de consciência, indisponibilidade para atentar e compreender a realidade, as outras pessoas e o mundo.

2. OS TOTALITARISMOS

Na Alemanha e na ex-União Soviética, governos chegaram ao poder defendendo uma lógica que se estabelecia ou pela natureza – pela pureza de uma raça que deveria destruir qualquer outra – ou pela história, uma ordem determinada que deveria ser cumprida a qualquer custo. Esses países chegaram a essa situação por caminhos bem diferentes. Mas sua lógica significava exterminar sistematicamente para fazer valer sua ideologia.

Os regimes totalitários estavam estabelecidos em uma permanente ilegalidade: mesmo que tenham mantido a constituição, ela era repetidamente ignorada.¹⁷ Na mesma lógica de estrutura de “Estado de fachada”, criavam constantemente estruturas paralelas de poder, órgãos públicos repetidos com o objetivo de escamotear intenções e práticas. Segundo Arendt, a duplicação e a multiplicação de órgãos, mais do que criar empregos para os membros do partido, eram uma questão de princípio, de jogo de visibilidade e segredo, de destruição do senso de responsabilidade e competência. Nos movimentos totalitários, “todo o poder é investido nas instituições do movimento, fora da estrutura do Estado e do exército”.¹⁸ O largo uso de estruturas também paralelas de informação servia aos movimentos totalitários para dar a impressão de “melhor” conhecimento da realidade, instaurando um clima de desconfiança e medo, promovendo a intimidação de opositores.

Nos regimes totalitários, a mentira foi usada para criar um mundo fictício no qual se ofereciam respostas simplistas em um cenário marcado pela insegurança, a terra arruinada do entreguerras. Uma prática funcional do regime consistia em dizer uma coisa e fazer outra, mentir descaradamente, apelando para os recursos da propaganda, dos símbolos e imagens que reforçavam uma identificação. A unidade nacional poderia se estabelecer pelo reconhecimento e extermínio de um inimigo comum. A estratégia, contudo, não consistia em apenas mentir, como é próprio da

¹⁶ Idem.

¹⁷ Cf. ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 533.

¹⁸ Ibidem, p. 535, 559.

propaganda em geral, mas converter em “verdade” o que só poderia ser dito até então como mentira, anunciar intenções como profecias e, no poder, ajustar a realidade a essas mentiras.¹⁹

O maior mal foi cometido por aqueles que não se preocuparam em escolher entre o bem o mal. Muitos cidadãos, muitos oficiais foram coniventes e aceitaram com assustadora facilidade a ideia de aprisionar e eliminar pessoas que simplesmente haviam sido apontadas como responsáveis por suas mazelas. A ideologia que força a sociedade homogênea é desumana por definição, já que é próprio do humano o heterogêneo, ou na concepção de Arendt, a pluralidade: somos todos iguais na diferença. Ao estabelecerem Estados em que o instrumento mais importante é a polícia secreta, cujas instituições são substituídas por estruturas paralelas que não respondem a demandas de áreas específicas, mas apenas funcionam em razão da lógica niveladora de implementação do terror, as ideologias totalitárias implementam a morte da política, da liberdade, da vida. Esse mal cometido no século XX, ao qual muitos se referiram usando o nome de um dos maiores campos de extermínio, Auschwitz, revelou a distância dos humanos deles mesmos, ou seja, foi a realização da ameaça à própria alma humana.

Uma década depois de lançar *Origens do totalitarismo*, diante de um criminoso que lhe causa riso, seguindo uma interpretação brechtiana que descobriria depois, Arendt teve a coragem²⁰ de usar essa descrição e atitude desconcertantes para destacar o desafio verdadeiro desse novo mal: a banalidade do mal é perturbadora porque identifica o mal causado por alguém que se recusa a ser uma pessoa, ou seja, não olha para o mundo e para o outro, não usa as próprias capacidades da mente para avaliar o que lhe é pedido para fazer. O mal não está relacionado à formação, classe social ou à erudição. É um abandonar-se de si próprio:

Ao tentar entender os verdadeiros motivos que levaram as pessoas a agir como engrenagens da máquina de assassinatos em massa, não nos servirão as especulações sobre a história alemã e o chamado caráter nacional alemão, de cujas potencialidades quem conhecia intimamente a Alemanha não fazia a mais leve ideia há quinze anos. Mais intrigante é a personalidade característica do homem que pode se vangloriar de ter sido o espírito organizador do assassinato. Heinrich Himmler não é um daqueles intelectuais provenientes da indistinta Terra de Ninguém entre o Boêmio e o Cafetão, cujo papel na composição da elite nazista tanto tem sido ressaltado nos últimos tempos. Não é um boêmio como Goebbels, nem um criminoso sexual como Streicher, nem um fanático pervertido como Hitler, nem um aventureiro como Göring. É um burguês com toda a aparência de respeitabilidade, todos os hábitos de um bom páter-famílias que não trai a esposa e procura ansiosamente garantir um futuro decente para os filhos; montou sua mais recente organização terrorista, que abrange todo o país, sob a ideia preconcebida de que os indivíduos, na maioria, não são boêmios nem

¹⁹ Cf. “As sementes de uma internacional fascista”. In ARENDT, Hannah. *Compreender: formação, exílio e totalitarismo*. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 176. Ver também o efeito propagandístico da infalibilidade, os anúncios tanto de Hitler quanto de Stalin em forma de profecias em ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 482-483.

²⁰ Cf. AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. Tradução Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 31, 100 e 159.

fanáticos, nem aventureiros, tarados sexuais ou sádicos, e sim, acima de tudo, trabalhadores e bons homens de família.²¹

Adolf Eichmann, assim como os comandantes dos campos de Auschwitz, Rudolf Höss, e de Sobibor e Treblinka, Franz Stangl, tinham ambições na carreira e fé em Hitler, eram idealistas e autocentrados, mas não tinham consciência de sua responsabilidade pessoal. Höss tinha obsessão em fazer de Auschwitz o campo mais eficiente possível. Em sua autobiografia, há reclamações sobre os guardas, os recursos limitados, as ordens confusas, mas nenhum questionamento moral sobre o que era feito no campo. Stangl, admitia a culpa, mas afirmava ter a consciência limpa. Uma cegueira moral assustadora.

3. A BANALIDADE DO MAL HOJE

Arendt termina o curso mencionado da seguinte forma:

“A partir da recusa ou da incapacidade de escolher os seus exemplos e a sua companhia, e a partir da recusa ou incapacidade de estabelecer uma relação com os outros pelo julgamento surgem os *skandala* reais, os obstáculos reais que os poderes humanos não podem remover porque não foram causados por motivos humanos ou humanamente compreensíveis. Nisso reside o horror e, ao mesmo tempo, a banalidade do mal.²²

Em *A vida do espírito*,²³ sua última obra inacabada, Arendt se dedicou ao estudo das nossas capacidades espirituais, investigando como poderíamos concebê-las de modo a tentar evitar outros colapsos morais e políticos. Retomar nossas faculdades de pensar, querer e julgar poderia não evitar totalmente, mas contribuir para uma necessária redefinição de nossa potência de atribuição de significado e de criação, o que nos caracteriza como seres humanos. Prestar atenção, dialogar consigo mesmo, praticar a mentalidade ampliada como sugeriu Kant, escolher exemplos e companhias e afirmar a criação do novo seriam práticas a enfatizar para tentar evitar o ressurgimento da banalidade do mal.

Por ocasião da ascensão da extrema direita ao governo do Brasil entre 2018 a 2022, que colocou em marcha resoluções e práticas de exclusão e opressão, o termo “banalidade do mal” foi usado em várias oportunidades, especialmente para denunciar o descaso em relação às vítimas da pandemia de Covid-19. O uso em relação aos seguidores do ex-presidente foi questionada por se tratar de manifestação não exatamente orquestrada por uma iniciativa estatal sistematizada, apesar das várias denúncias de financiamento de ações, especialmente a da invasão dos prédios dos três poderes em Brasília no dia 8 de janeiro de 2023.

²¹ ARENDT, Hannah. *Compreender: formação, exílio e totalitarismo*. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 156-157.

²² ARENDT, Hannah. *Responsabilidade e julgamento*. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 212

²³ ARENDT, Hannah. *A vida do espírito*. Tradução Cesar Augusto de Almeida e outros. Rio de Janeiro: 2022.

Mesmo que se faça essa observação pertinente, e que se tome o devido cuidado ao se utilizar os termos “totalitarismo” e “banalidade do mal”, para o que a própria Arendt alertou,²⁴ cabe lembrar a permanência dessa sombra histórica, na medida em que seus elementos e características – intolerância, ressentimento, crise econômica, racismo, demandas da democracia, massa rale, força do líder – ainda se fazem presentes.

Por outro lado, a expressão “banalidade do mal” ainda causa desconforto. Combina duas palavras que são estranhas juntas: a primeira se refere a algo comum, vulgar, raso, e a segunda ao que tentamos evitar, ao que repudiamos, repelimos. Há 60 anos e ainda hoje, essa concepção é erroneamente tomada como uma depreciação do mal causado, como se o mal fosse ele mesmo banal, ou seja, desimportante, menor. Longe disso, a banalidade do mal se refere a um mal concebido como um todo ordenado no qual as pessoas se envolvem, muitas sem se darem conta, ou pelo menos sem perceberem as circunstâncias, investindo na conduta para evitar o aborrecimento que seria se preocupar com as consequências dessa convivência. Arendt escreveu que o maior mal foi perpetrado por quem nunca se preocupou em pensar sobre o que estava fazendo, ou seja, sobre as suas escolhas.²⁵ Muitos se imaginaram e se imaginam sob a pseudoproteção de um governo, de uma ideologia, da lógica da ideia, como escreveu Arendt. A verdade é que desde então, essa concepção voltou a ser enunciada em ocasiões de clara concretização de algum mal com o qual seus perpetradores e repetidores parecem não se importar, ou em relação ao qual não se sentem responsáveis.

A relação mais estreita entre ilusão e política, potencializada pelo poder da imagem graças à tecnologia no século XX – rádio, cinema e televisão – ganhou um novo capítulo, principalmente na última década e meia, alavancada pela revolução tecnológica iniciada nos anos 1970. A era digital colocou em marcha um novo arsenal de possibilidades de ilusão, solapando a compreensão mais detida, necessariamente mais longa, dando lugar ao imediatismo da profusão de imagens, frases de efeito, declarações bombásticas, por um sistema em rede do qual aparentemente “todos” participam, e pelo qual as informações são preferencialmente difundidas. Porém, não se trata apenas de um salto quanto ao potencial técnico de difusão de mensagens falsas, mas de uma ameaça à potência de nossa vida mental.

A algoritmização do pensamento tem implicado na diminuição da inteligência das novas gerações. Estamos diante do seguinte cenário: nas últimas décadas, o QI médio caiu e desde os anos 2010, as doenças mentais explodiram. Se a banalidade do mal é uma consequência possível do enfraquecimento ou processo de redução de nossas capacidades espirituais, o cenário de compartimentação dessas faculdades pelo uso desenfreado dessas tecnologias em um contexto de

²⁴ ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 420.

²⁵ Segundo Arendt, o maior mal é perpetrado por quem se recusa a ser uma pessoa, ou seja, que se recusa a pensar, a escolher, a criar. Cf. Algumas questões de filosofia moral. In: *Responsabilidade e julgamento*. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 177.

concomitante fragilização emocional e exaustão política, infelizmente podemos esperar o uso mais frequente ou a elaboração de um conceito derivado da banalidade do mal, mas também podemos insistir e persistir no cultivo de nossa vida do espírito.